

direito tributário

conceito: art. 3º CTN

@beatriznamiestudies

De acordo com o artigo mencionado é possível concluir que a relação tributária entre os particulares e o Estado é de cunho obrigacional e somente pode decorrer de lei.

► como o tributo tem por finalidade arrecadar verbas p/ os cofres públicos, a obrigação deve ser resolvida em moeda ou outro valor que nela se possa exprimir.

► o tributo não se confunde com multa

cumprindo
regras

ofensa à
legislação

princípio Pecunia non olet

↳ os atos ilícitos podem ser tributados?

Sim, podem, pois possui objetivo econômico, se os atos legítimos são passíveis de tributação, com mais razão os atos ilícitos também deverão ser gravados.

► não se tributa a conduta, mas o resultado econômico obtido de forma ilegal.

ART. 18 CTN para fins de tributação, não importa se o ato praticado é legal ou ilegal, porque na verdade o que importa é o resultado econômico obtido.

É diferente quando ocorre a fiscalização tributária, na sua contínua missão de controle e exercício do poder de polícia, consegue interceptar atos ilícitos no momento em que são praticados. Nesses casos não haverá tributação, mas intervenção dos agentes públicos.

ex: contrabando

▸ outras sanções: além da multa, podemos ter apreensões, pena de perdimento, interdição de estabelecimento ou impedimento ao exercício de atividade.

↳ Súmulas 70 e 323 do STF

@beatriznamiestudies

importante:

▸ mediante decreto é possível que haja atualização monetária da base de cálculo de tributos, como por exemplo no IPTU.

▸ Em relação aos tratados e convenções internacionais, o CTN estabelece sua prevalência em razão das normas internas, posição importante e que vai ao encontro da melhor doutrina.

↳ os tratados são acordos internacionais concluídos e escritos, celebrados entre os Estados ou entre Estados e organizações, regidos pelo direito internacional, quer constem de instrumento único, dois ou mais instrumentos conexos, independentemente de sua denominação específica.

classificação dos tributos

pessoais ou reais:

@beatriznamiestudies

Os tributos pessoais têm como base de cálculo uma conduta ou um status jurídico individual, enquanto os tributos reais tem um objeto como referência.

► **ex:** o imposto sobre renda é tributo pessoal e IPTU / IPVA seriam hipóteses de tributos reais

diretos ou indiretos:

Os tributos diretos possuem incidência única, imediata, que esgota a carga tributária. Quando se trata de tributos indiretos pressupõem múltiplas incidências, com o fracionamento e a distribuição da carga tributária ao longo de uma cadeia de circulação econômica.

► **ex:** ICMS, IPI, PIS e COFINS

► nos tributos indiretos não se sabe quem é o destinatário final

vinculados ou não vinculados:

Considera-se vinculado o tributo que decorre de uma conduta do Estado, uma atividade específica que justifique tal exigência e os tributos não vinculados dependem de condutas do contribuinte, relacionadas à obtenção de renda, como ocorre com os impostos.

arrecadação vinculada e não vinculada:

tributos de arrecadação não vinculada o poder público tem uma certa liberdade na escolha da destinação, desde que a aplicação seja feita em rubricas previstas no orçamento.

os tributos de arrecadação vinculada são aqueles cujos valores são arrecadados p/ os fins que justificaram

função dos tributos

@beatriznamiestudies

• finalidade:

a) fiscal: arrecadar valores para os cofres públicos

↳ Ex: IPTU e IPVA

b) extrafiscal: podem ser utilizados com objetivos adicionais.

I - corrigir distorções de natureza econômico - financeira

↳ Ex: a alíquota do imposto de importação pode ser aumentada pelo Poder Executivo

II - incentivar ou desestimular certas condutas, em favor do atendimento de interesses sociais

III - aferir índices econômicos de riqueza, para conhecer o perfil do contribuinte.

↳ art. 146 CTN

↳ o objetivo arrecadatório pode não ser o mais relevante, porque algumas figuras se destacam por sua função regulatória

• propriedade:

a Constituição prevê o atendimento à função social, a qual se caracteriza pela utilização racional, produtiva e não abusiva dos imóveis.

Para imóveis urbanos temos a possibilidade de IPTU progressivo no tempo (art. 182, § 4º, II CF), desta maneira, quando o terreno é subutilizado ou não cumpre a função social de propriedade, as alíquotas do IPTU podem sofrer um aumento significativo.

♥ Súmula 589 - STF

Quando se trata de ITR (imposto Territorial Rural) a Lei 4.393 de 96 estabelece alíquotas progressivas em

razão da área total do imóvel e do respectivo grau de utilização, com intenção de desestimular a manutenção de terras improdutivas.

▶ a própria constituição prevê a não incidência do ITR no caso de pequenas glebas rurais

@beatriznamiestudies

▶ o STF editou súmula que reconhece a constitucionalidade de lei municipal que concede benefícios de IPTU para o proprietário de imóvel único.

↳ Súmula 639 - STF

c) Parafiscal: é referente aos tributos cobrados em paralelo à atividade estatal, quando o poder público reconhece em terceiros uma função social que ele mesmo deveria prestar.

▶ entidades parafiscais recebem por meio de lei, capacidade tributária ativa.

▶ transferência mediante delegação